

## MJ-Licitação

---

**De:** CAPITAL LEILÕES <capitalleioesdf@gmail.com>  
**Enviado em:** segunda-feira, 4 de novembro de 2019 15:05  
**Para:** MJ-Licitação  
**Assunto:** IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
**Anexos:** SENTENÇA MANDADO DE SEGURANÇA.pdf; ACÓRDÃO TRF1.pdf

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, brasileiro, casado, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, portador do RG nº 1.864.546 SSP-DF e CPF nº 699.776.071-68, com, escritório profissional situado o SRTV-Sul Quadra 701, Bloco "A", Sala 527 (Centro Empresarial Brasília), Brasília-DF, local onde poderá receber as comunicações de estilo, vem, atenciosamente, a presença de Vossas Senhorias, na forma assegurada pelo art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a" da CF e art. 41, §1º da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2019 do Ministério da Justiça, nos seguintes termos:

Como se extrai da leitura dos itens 12.30 e 12.31 do Termo de Referência do Edital de Credenciamento nº 01/2019, que trata das obrigações do Leiloeiro, ficará a cargo do profissional contratado o pagamento das despesas para divulgação dos leilões em jornal de grande circulação e no D.O.U., senão vejamos:

*"12.30. Responsabilizar-se integralmente pelas publicações previstas em legislação para o Edital de Leilão, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias antes da realização do Leilão, bem como pelas respectivas despesas.  
12.31. Providenciar publicações do extrato do edital de leilão em, no mínimo, 2 (dois) jornais de grande circulação local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização do leilão, arcando com todas as despesas".*

Todavia, cumpre esclarecer que todas as despesas com a divulgação dos leilões em jornais de grande circulação e no D.O.U. ficarão a cargo da parte vendedora, no caso, o Ministério da Justiça, por força do que dispõe o art. 42, §2º do Decreto 21.981/32, que assim prescreve:

*"Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes à União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.  
§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, **correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora**". (grifei)*

Registre-se, por oportuno, que a obrigatoriedade da parte vendedora (órgão público) de arcar com os custos para divulgação dos leilões já foi inclusive reafirmada em 1ª e 2ª instâncias no julgamento do Mandado de Segurança nº 1001883-57.2015.4.01.3400 que teve curso na 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, **conforme sentença e acórdão em anexo**, tendo o Poder Judiciário declarado a **ILEGALIDADE** de disposição editalícia que atribua ao Leiloeiro a responsabilidade pelo pagamento de despesas para divulgação dos leilões.

Entretanto não só os itens 12.30 e 12.31 padecem, *data venia*, de ilegalidade.

Conforme se verifica do item 4.2.6.4 do Edital de Credenciamento nº 01/2019 não poderão participar da licitação Leiloeiros que *"estejam atuando como advogado em processos judiciais"*.

O referido item também encontra-se eivado de ilegalidade porque os impedimentos legais à participação no procedimento licitatório encontram-se previstos no art. 9º da Lei 8.666/93, que não exclui a participação de licitante que eventualmente esteja atuando como advogado, senão vejamos:

*"Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*

*I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;*

*II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;*

*III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.*

*§ 1º É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.*

*§ 2º O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.*

*§ 3º Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.*

*§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação."*

Por outro lado, as vedações legais aplicáveis aos Leiloeiros e aos advogados quanto ao exercício de outras atividades profissionais encontram-se dispostas, respectivamente, no art. 36 do Decreto 21.981/32 e nos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/94, confira-se:

### **Decreto 21.981/32**

*"Art. 36. É proibido ao leiloeiro:*

*a) sob pena de destituição:*

*1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome;*

2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação;  
3º, encarregar-se de cobranças ou pagamentos comerciais;"

**Lei 8.906/94**

"Art. 27. A incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia.

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

I - chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais;

II - membros de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos tribunais e conselhos de contas, dos juizados especiais, da justiça de paz, juízes classistas, bem como de todos os que exerçam função de julgamento em órgãos de deliberação coletiva da administração pública direta e indireta;

III - ocupantes de cargos ou funções de direção em Órgãos da Administração Pública direta ou indireta, em suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público;

IV - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;

V - ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a atividade policial de qualquer natureza;

VI - militares de qualquer natureza, na ativa;

VII - ocupantes de cargos ou funções que tenham competência de lançamento, arrecadação ou fiscalização de tributos e contribuições parafiscais;

VIII - ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, inclusive privadas

§ 1º A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente.

§ 2º Não se incluem nas hipóteses do inciso III os que não detenham poder de decisão relevante sobre interesses de terceiro, a juízo do conselho competente da OAB, bem como a administração acadêmica diretamente relacionada ao magistério jurídico.

Art. 29. Os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional são exclusivamente legitimados para o exercício da advocacia vinculada à função que exerçam, durante o período da investidura.

Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

II - os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.

Parágrafo único. Não se incluem nas hipóteses do inciso I os docentes dos cursos jurídicos".

Com efeito, percebe-se pela leitura dos dispositivos legais acima citados que nenhuma das Leis, **comparadas entre si**, veda a atividade da advocacia por Leiloeiros Públicos, de modo que não poderia a Administração Pública, em respeito ao Princípio da Legalidade, criar norma que impeça a participação de advogados leiloeiros no certame, já que ao administrador, diferentemente do particular, só é dado fazer aquilo que a Lei permita.

A vedação contida no item 4.2.6.4 do Edital de Credenciamento nº 01/2019 somente teria razão de ser nos casos em que o bem a ser leiloadado seja oriundo de perdimento em favor da União em processos judiciais no qual o Leiloeiro tenha atuado como advogado naquele caso específico, mas não como regra geral, conforme consta do instrumento convocatório.

Por todo o exposto, é o caso de requerer a Vossas Senhorias que se dignem em **REVOGAR** os itens 4.2.6.4, 12.30 e 12.31 do Edital de Credenciamento nº 01/2019 deste órgão, tendo em vista o malferimento aos arts. 36 e 42, §2º do Decreto 21.981/32 e aos arts. 27 a 30 da Lei 8.906/94.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Att.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO

Leiloeiro Público Oficial

JCDF nº 33

